



ONDE MESMO O BRASIL? FORMAÇÃO ADVERSATIVA EM *VIVA O POVO BRASILEIRO*, DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

WHERE'S BRAZIL? ADVERSATIVE FORMATION IN JOÃO UBALDO RIBEIRO'S *AN INVINCIBLE MEMORY (VIVA O POVO BRASILEIRO)*

Luiz Gustavo Medeiros de Lima¹

Rafael Gazzola de Lima²

RESUMO: A literatura é capaz de auxiliar-nos na compreensão do presente, em suas conexões com o passado. Em termos gerais, para Lukács, é esta qualidade que define o romance histórico. Neste trabalho, examinaremos *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, verificando a possibilidade de situá-lo como um romance histórico, por retratar vividamente aspectos importantes e problemáticos da formação do Brasil, tendo como principal foco as relações conflituosas de classe e de raça.

Palavras-chave: Romance histórico; formação do Brasil; João Ubaldo Ribeiro.

ABSTRACT: Literature can help us to understand the present in its links to the past. It is precisely this quality which defines the historical novel, according to Lukács. In this study, we examine João Ubaldo Ribeiro's *An Invincible Memory (Viva o povo brasileiro)* in order to check if it is possible to categorize it as a historical novel, since it portrays vividly some important and contradictory aspects of Brazilian formation, with special focus on race and class relations.

Keywords: Historical novel; Brazilian formation; João Ubaldo Ribeiro.

O romance *Viva o povo brasileiro*, publicado em 1984 por João Ubaldo Ribeiro, é uma obra ambiciosa, que tenciona figurar o processo histórico de formação do Brasil. Abrangendo um arco temporal de mais de 300 anos da história do país, a trama abarca um período que vai de 1647, na era colonial, até 1977, na ditadura militar – estruturando-se de modo parcialmente linear, com recuos e avanços abruptos, mas, no geral, mantendo uma certa ordem cronológica. Apesar desse espectro amplo, a maior parte da narrativa

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (PósLIT/UnB), no qual desenvolve pesquisa intitulada A reificação do sujeito e o arrivismo social em *O vermelho e o negro*. E-mail: luizgustavo_m@hotmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (PósLIT/UnB), no qual desenvolve pesquisa intitulada Vozes abafadas: corpo, canção e catarse em *Ponto de partida*, de Sérgio Ricardo e Gianfrancesco Guarnieri. E-mail: rgazzola@gmail.com.



concentra-se nos três últimos quartéis do século XIX, em especial no período compreendido entre a Independência, em 1822, e os primeiros anos após a Abolição e a Proclamação da República, no final do século. Como se vê, portanto, o romance foca um período nodal da formação nacional.

Neste artigo, procederemos a uma análise dessa obra à luz da concepção lukacsiana de romance histórico, buscando compreender de que maneira o livro de João Ubaldo, diante dos impasses da formação brasileira, dialoga – ou não – com aquele gênero. Antes da análise, porém, faremos um breve percurso pelo pensamento lukacsiano a respeito do romance histórico, bem como por algumas das experiências brasileiras no gênero. Em seguida, discutiremos a ideia de nação sob a perspectiva histórica, para, finalmente, empreender uma análise – também breve – do romance *Viva o povo brasileiro*, em vista da discussão que aqui se lhe antecede.

Romance histórico lukacsiano

Já no início de *O romance histórico*, Lukács diz que o componente fundamental do gênero é o seu “elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Para o pensador húngaro, é o escritor escocês Walter Scott quem será capaz de reunir os princípios necessários e realizar um romance histórico de acordo com esses pressupostos. Lukács concebe *O romance histórico* como uma reflexão a respeito do gênero e não como uma obra teórica. Analisando desde autores do início do século XIX, como Scott, até romancistas contemporâneos, como Thomas Mann, Lukács parte de suas realizações literárias para apresentar uma perspectiva de narrativa “que depende da história para existir” (ZILBERMAN, 2003, p. 111). Entretanto, é importante destacar que Lukács não abandona nessa obra as discussões referentes ao épico e ao dramático e à forma romanesca, dessa vez à luz da estética marxista que, de acordo com o próprio autor, compreende que “a gênese e o desenvolvimento da literatura são parte do processo histórico geral da sociedade” (LUKÁCS, 2009, p. 89).

Para Lukács, embora outros autores tivessem escrito obras com temática histórica antes de Walter Scott, é a partir do autor escocês que o romance histórico de fato nasce. Com *Waverley*, publicado em 1814, Scott inaugura o gênero, e, conforme Lukács, é importante relacionar a publicação desta obra com o contexto histórico europeu. O



pensador húngaro reflete que é a partir da Revolução Francesa, das guerras revolucionárias e das guerras napoleônicas que a história se converte em experiência cotidiana das massas, deixando de ser apenas uma adversidade distante. *Waverley* é publicado justamente após esses momentos, no mesmo ano em que Napoleão abdica do trono francês após mais de dez anos de seu império.

O êxito histórico da Revolução Francesa despertou o interesse das pessoas em conhecer o passado e identificar nele as raízes do seu próprio tempo, pois, pela primeira vez, o seu cotidiano havia sido profundamente afetado e modificado de forma imponderável, haja vista as acentuadas mudanças na conjuntura política, econômica e social geradas após a revolução (VEDDA, 2013). Esse interesse pelo passado “como pré-história do presente” (LUKÁCS, 2011, p. 72), como um sustentáculo dos tempos atuais no qual as pessoas estão arraigadas, é o que Lukács chama de “sentido histórico”. Regina Zilberman, acerca disso, diz:

Lukács constata, na virada do século XVIII para o XIX, a emergência do que chama “sentido histórico”: “criam-se, assim, as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos” (p. 22)³. Ao mesmo tempo, verifica que essa experiência, bem como a adoção dos ideais revolucionários, não se limita a um grupo, tornando-se, pelo contrário, um sentimento coletivo, espalhado entre um grande contingente de pessoas (ZILBERMAN, 2003, p. 116).

Uma discussão importante que permeia a obra de Lukács a respeito do romance histórico é a distinção entre drama histórico e romance histórico. Enquanto prosa épica, o romance histórico fornece uma perspectiva histórica e apresenta ao leitor as diversas “ramificações pelas quais se contacta com o mundo total de uma nação ou de uma época” (SILVA, 2000, p. 39). Já o drama histórico, na qualidade de herdeiro da tragédia clássica, procura centralizar a ação, através de figuras históricas como protagonistas, em momentos culminantes. Nicolas Tertulian expressa essa ideia de forma bem clara:

³ As citações feitas por Zilberman – ao que parece, em retradução da autora – partem de LUKÁCS, G. *La novela histórica*. Tradução de Jasmin Reuter. México: Ediciones Era, 1996.



O romance histórico parte de uma distinção fundamental estabelecida por Hegel: a prosa épica tende a dar uma imagem exaustiva da vida que inclui necessariamente a “totalidade dos objetos” (o *ethos* da época histórica evocada, em interação com o ambiente moral, as instituições etc.), enquanto o drama focalizaria a “totalidade do movimento”, sendo a expressão da condensação da dinâmica da alma. Explorando essa distinção, Lukács insistirá no fato de que o romance visa refletir a *direção do movimento* da história, enquanto o drama se articula em torno de seus *movimentos culminantes*. (TERTULIAN, 2008, p. 177, grifos no original).

Em vista disso, Lukács, ao analisar a obra de Scott, defende que os personagens medianos, sem grande valor histórico, devem ocupar, diferentemente do drama histórico, o protagonismo na trama. Lukács identifica essa qualidade como uma das maiores virtudes do autor escocês, porque o herói médio permite a colisão entre os polos de luta justamente por não se associar a nenhum deles, favorecendo com isso uma descrição mais apurada dos conflitos sociais (SILVA, 1999). Contudo, as personagens históricas, ainda que ocupando posições secundárias na trama, possuem importância fundamental. Sem a presença delas, o romance perde o seu caráter histórico, pois é em função delas e dos eventos que a cercam que a obra é construída.

A despeito de Lukács determinar que o realismo do romance histórico reside na concentração da trama nas ações de personagens medianos e colocar os grandes acontecimentos e as transformações sociais e políticas como pano de fundo, é por meio das personagens históricas secundárias que este pano de fundo, o elemento histórico, é introjetado na obra, servindo também para esclarecer a situação dos personagens, embora sem condicionar suas ações.

Em face do exposto, podemos depreender do pensamento lukacsiano relativo ao romance histórico que este é “um gênero que não apenas situa o leitor num tempo passado, mas ajuda-o a entender os acontecimentos” (ZILBERMAN, 2003, p. 120). O romance histórico deve tratar de um material entranhado nos interesses e no cotidiano do grande público, pois o leitor, ao se deparar com a obra, deve enxergar nela os nexos com a realidade presente. A época representada e a presença dos indivíduos que a vivenciam, ou seja, o movimento histórico com suas crises e mudanças e os seres humanos figurados, que expressam em ações, reflexões e vivências estes momentos determinantes e as tendências da época, são as principais premissas para a composição de um romance histórico.



Romance histórico no Brasil

No Brasil, o romance histórico efetivamente aparece no início do século XIX, perante o desejo dos autores românticos de retratar a história do país, suas vivências; mediante a concepção do homem mestiço americano, o indianismo, o regionalismo e o nacionalismo, procurou-se revelar as peculiaridades locais, na busca de uma afirmação da identidade nacional. Embora outros autores tenham explorado anteriormente esses temas, é a partir de José de Alencar que o Brasil passa a ter um representante mais bem-acabado do gênero proposto por Lukács. Obras como *O Guarani* e *Iracema* se aproximam do que o pensador húngaro distingue como romance histórico. Regina Zilberman diz:

O Guarani concretizaria algumas das aspirações de Lukács: as personagens não se destacam pela excepcionalidade, salvo Peri, o herói que dá título à obra; o tema histórico, relativo à dominação espanhola sobre Portugal, com as consequências sobre a colônia lusitana na América, fica como pano de fundo, explicando a situação das personagens, mas não condicionando sua ação; as personagens revelam-se a partir de sua ação, e cada uma delas explicita um ângulo do tema histórico, sem que se restrinja a ele. (ZILBERMAN, 2003, p. 128-129).

A mesma autora (2003) aponta a obra *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, como outro exemplar da literatura brasileira que se adequa em vários aspectos ao gênero romance histórico delineado por Lukács. Assim como Scott, Veríssimo também incorpora o ideal da figura mediana, desenrolando a trama em um nível íntimo e pessoal – além de escolher períodos representativos da história do Rio Grande do Sul, ainda que cobrindo duzentos anos desta história, e tentar explicar e entender o século XX principalmente no que tange à Era Vargas. Veríssimo, na sua interpretação da história, “foi capaz de chegar à desejada fidelidade histórica e de conferir um sentido ao período representado, sentido que se corporifica nas personagens do romance” (ZILBERMAN, 2003, p. 137).

Deixando de lado o rigor dos traços considerados característicos do romance histórico, indicado por Lukács tendo como referência Walter Scott, podemos citar diversos outros autores brasileiros que utilizaram a história como cenário de suas obras e que desenvolveram tramas e personagens com particularidades derivadas da especificidade histórica. Machado de Assis, João Ubaldo Ribeiro, José J. Veiga, Chico



Buarque, entre outros, escreveram obras que, se não podem ser consideradas romance histórico no sentido mais rigoroso do termo, com toda certeza retratam processos históricos que revelam os vínculos do passado com o presente. Adiante examinaremos a obra *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, publicada em 1984, que retrata mais de 300 anos da história do Brasil, representando momentos essenciais na formação do nosso país como nação e ajudando-nos, através de um painel amplo, a compreender o presente por meio do passado.

A formação nacional figurada

O romance de João Ubaldo Ribeiro filia-se a uma tradição de obras literárias que buscam interpretar ou figurar a formação do país e da identidade nacional – o que inclui também obras que, se não são propriamente literárias, guardam com a literatura algum grau de parentesco, se considerarmos em especial a tradição do romance romântico brasileiro como “instrumento de interpretação social” (CANDIDO, 2000, p. 100)⁴: no primeiro grupo, podemos citar obras como *Caramuru* (Santa Rita Durão, 1781), *Iracema* (José de Alencar, 1865), *Macunaíma* (Mário de Andrade, 1928), *Martim Cererê* (Cassiano Ricardo, 1928); no segundo, *Casa-grande & senzala* (Gilberto Freyre, 1933), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda, 1936), *Formação do Brasil contemporâneo* (Caio Prado Júnior, 1942). Como aquelas primeiras, *Viva o povo brasileiro* seria uma “ficção-limite”, por transcender as fronteiras de uma obra ficcional, fazendo-se transbordar para uma interpretação do “mito da fundação da cultura [nacional]” (HELENA, 1993, p. 80). Diferentemente das obras de matriz mais sociológica ou econômica, entretanto, o romance de João Ubaldo não teria a “vontade moderna de dar uma organicidade racional aos fatos” (CUNHA, 2007, p. 2).

Antes, porém, de investigarmos as estratégias discursivas por meio das quais o romancista cuida de figurar em sua obra o processo de formação nacional, discutiremos, brevemente, sob uma perspectiva histórica, a formação da própria ideia de nação e como ela se configurou no Brasil⁵.

⁴ Comenta Schwarz: “É esclarecedor a respeito [do processo de figuração literária das formas sociais] o bloco que trata da ficção romântica, no segundo volume da *Formação da literatura brasileira*, onde Antonio Candido assinala a vocação extensiva de nosso romance. De certo modo, este cumpria o papel que hoje cabe aos estudos sociais, num movimento de ampliação que só se aquieta depois de recobrir o país no seu todo” (SCHWARZ, 1999, p. 53-54, grifos no original).

⁵ Seguiremos aqui, em larga medida, o texto bastante elucidativo de Ricupero (2004).



Para Ricupero (2004), é muito difícil definir o conceito de nação, uma vez que as definições que se tentaram ao longo da história costumam pender ora a elementos mais subjetivos, ora a aspectos mais objetivos. O autor, diante disso, destaca a definição de Benedict Anderson, segundo a qual a nação seria uma “comunidade política imaginada” (ANDERSON *apud* RICUPERO, 2004, p. 6) ou, na releitura do próprio Ricupero, “uma certa relação entre homens, organizada politicamente e legitimada por uma maneira específica de pensar” (RICUPERO, 2004, p. 6). Para o autor, essa definição tem a vantagem de incorporar tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva, englobando, portanto, diversas tensões em si – tensões essas que, de resto, talvez sejam mesmo intrínsecas à própria ideia de nação⁶.

Correndo o risco – por limitações de espaço – de simplificar demais os argumentos do autor, que traça um complexo panorama histórico do surgimento da ideia de nação, ligada à formação dos Estados nacionais modernos europeus, retenhamos algumas de suas conclusões:

Em poucas palavras, a identidade nacional é uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva e fixa. Complementariamente, determinadas relações sociais estabelecem o ambiente que torna possível pensá-la. A partir daí, por intermédio de variadas operações ideológicas, homens e mulheres, em situações muito diversas, passam a acreditar que estão unidos numa mesma comunidade, a nação. (RICUPERO, 2004, p. 26).

No caso das nações formadas após a descolonização da América ibérica, essa artificialidade revela-se ainda mais patente, uma vez que elas se formaram não a partir de “distintas e pretensamente antigas tradições lingüísticas, étnicas e religiosas” – como se pode supor no caso das nações europeias –, mas da mera “divisão administrativa dos impérios espanhol e português” (RICUPERO, 2004, p. 26). Em decorrência disso, da falta de um esteio na tradição e na história, é preciso, no processo de formação dessas novas nações, mirar não para o passado, mas para o futuro:

⁶ Dentre essas tensões, há pelo menos duas mais claras: 1) entre os elementos à primeira vista mais objetivos – as porções “comunidade” e “política” da definição de Anderson – e o elemento mais subjetivo – “imaginada”; 2) entre o caráter fraternal da comunidade e o aspecto violento que subjaz à organização estatal, calcada no monopólio do uso da força (RICUPERO, 2004).



[...] não há muita dúvida de que as nações americanas são o produto da engenharia institucional de suas elites políticas e não o reflexo de um passado imemorial. Ao contrário, na falta desse passado, foi preciso procurar inspiração no futuro para a nação, que passou a ser entendida, em grande parte, como projeto. (RICUPERO, 2004, p. 26-27).

Comparando-se os processos de independência da América espanhola e do Brasil, porém, chama a atenção a maior continuidade aqui “entre colônia e nação”, mantidos a monarquia e o herdeiro do trono português, D. Pedro I (RICUPERO, 2004, p. 34). Além disso, o Brasil constitui caso singular por ter tido como principal motivador desse processo a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, invertendo-se de certa forma os papéis entre colônia e metrópole (RICUPERO, 2004, p. 39). Assim, concebida a partir do ideário do liberalismo europeu, a Independência brasileira manteve as formas econômicas coloniais, especialmente o regime escravista, ensejando uma série de tensões e contradições no processo – “um desajuste de base” nas palavras de Roberto Schwarz (2012, p. 168). A história brasileira, dessa forma, é marcada pela deliberada manutenção do atraso: “Em lugar de superação, persistência do historicamente condenado, mas agora como parte da pátria nova e de seu progresso, o qual adquiria coloração peculiar, em contradição com tudo que a palavra prometia” (SCHWARZ, 2012, p. 168).

Grande parte disso se deve ao alijamento das classes populares no processo de independência e de formação de quase todos os Estados nacionais na América (salvo casos isolados, como os movimentos liderados por Tupac Amaru, no Peru, e por Toussant-Louverture no Haiti, violentamente reprimidos pelas metrópoles). “No caso da América portuguesa então, pode-se dizer, sem muito exagero, que a independência foi feita para melhor assegurar a continuidade da escravidão” (ARANTES, 2006, p. 30).

Diante da consciência de certo grau de artificialidade próprio à ideia de nação, é oportuno contrapor ao aspecto oficial, conservador, desse conceito algumas considerações de Antonio Candido (1997) em seu texto de homenagem a Darcy Ribeiro, após a morte do antropólogo. Candido toma como mote de seu texto as três bandeiras que cobriam o caixão durante o velório de Ribeiro na Academia Brasileira de Letras: a do Brasil, a de Minas Gerais e a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A presença desta última ressignificava as outras duas, opondo ao patriotismo cívico – “recurso oratório nos políticos, expressão automática nos militares e obrigação profissional de professora primária” – uma crença convicta “nesse país de meninos assassinados, meninas prostituídas, posseiros fuzilados, índios espoliados, miseráveis



mantidos cuidadosamente no seu inferno”. Pensamos que é a essa fileira que se junta João Ubaldo com seu romance, como buscaremos demonstrar a seguir.

As raízes do Brasil em *Viva o povo brasileiro*

João Ubaldo, em *Viva o povo brasileiro*, procede a um extenso resgate histórico do Brasil, ajudando-nos a fazer uma composição apurada daquilo que constitui o nosso presente. Pode-se dizer que o escritor baiano faz sua interpretação do Brasil ao elaborar uma narrativa que examine sua gênese sócio-política, percorrendo os momentos decisivos para sua história, de modo a oferecer um quadro que nos auxilie então a compreender a condição atual do país. Para aproximar ainda mais *Viva o povo brasileiro* da temática da formação nacional, buscaremos relacionar a obra literária com os estudos lapidares de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a saber, *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil*, respectivamente.

Em seu prestigiado estudo, Sérgio Buarque de Holanda procura identificar o passado brasileiro que estava para ser superado – e a superação da herança portuguesa é, para o historiador, um requisito fundamental para a formação do país. No segundo capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado *Trabalho & aventura*, Holanda faz uma contraposição entre dois tipos sociais: o aventureiro e o trabalhador, sentenciando que o primeiro teria predominado na península ibérica e, como consequência, no Brasil, por meio dos portugueses. Diferente do trabalhador, que dedica-se mais aos meios de conquistar os objetivos, o aventureiro atribui tanto valor ao objetivo final, ao resultado imediato, que considera como secundários os meios para alcançá-lo. O aventureiro busca a caça em detrimento da lavoura e “nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador” (HOLANDA, 2002, p. 955). Holanda desenvolve sua reflexão sobre o aventureiro da seguinte forma:

E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura? Ainda hoje convivemos diariamente com a prole numerosa daquele militar do tempo de Eschwege, que não se envergonhava de solicitar colocação na música do palácio, do amanuense que não receava pedir um cargo de governador, do simples aplicador de ventosas que aspirava às funções de cirurgião-mor do reino... Não raro nossa capacidade de ação esgota-se nessa procura incessante, sem que



a neutralize uma violência vinda de fora, uma reação mais poderosa; é um esforço que se desencaminha antes mesmo de encontrar resistência, que se aniquila no auge da força e que se compromete sem motivo aparente. (HOLANDA, 2002, p. 957).

Alinhando esta reflexão à obra de João Ubaldo Ribeiro, podemos associar o personagem Perilo Ambrósio, o Barão de Pirapuama, com o caráter aventureiro apontado por Sérgio Buarque de Holanda. O traço aventureiro do português, seu interesse pelo resultado imediato, em conseguir fortuna rapidamente, são traduzidos na figura do Barão quando este procura, através de meios ardilosos, ser reconhecido como um herói revolucionário. Perilo Ambrósio, diante da separação do Brasil do reino de Portugal, começa a planejar sua escalada social para tornar-se um personagem nacional:

Perilo Ambrósio, que escolhera aquele ponto bem distante da luta para passar o dia, pois aguardava somente que vencessem os brasileiros para juntar-se a eles em seguida, temia que o combate não tivesse terminado ainda e que, por algum azar, fosse obrigado a tomar parte nele. Se queria que os brasileiros prevalecessem, não era por ser brasileiro — e na verdade se considerava português —, mas porque, expulso de casa, abominado pelos pais e por todos os parentes, sob ameaça de deserção, deliberara adquirir fama de combatente ao lado dos revoltosos. Desta maneira, seu pai, fiel à Corte, já foragido e acusado de todos os crimes e perfídias concebíveis, poderia perder tudo com a vitória brasileira, passando os bens muito justamente confiscados a pertencer ao filho varão, distinto pelo denodo empenhado na causa nacional. (RIBEIRO, 1984, p. 23).

Para conseguir êxito como herói nacional, Perilo Ambrósio assassina seu escravo Inocêncio e se apresenta, manchado com o sangue do escravo para simular um ferimento de batalha, a um tenente defensor da causa brasileira. Vemos, portanto, o ímpeto imediatista ibérico retratado por Holanda na figura de Perilo Ambrósio. Através da participação fingida no conflito pela Independência do Brasil, o personagem torna-se Barão e, com o apoio da monarquia, despoja a própria família. Ribeiro, portanto, discute a formação da elite brasileira com seus patrimônios adquiridos através de oportunismo e não por esforços laboriosos, fazendo, então, a contraposição já citada entre aventureiros e trabalhadores.

Uma outra obra seminal referente à discussão da formação do Brasil, que reverbera em *Viva o povo brasileiro*, é *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre. A



obra de Freyre trata especialmente da formação e da vida íntima dos componentes da sociedade patriarcal. O sociólogo pernambucano examina as relações entre brancos e não brancos na sociedade brasileira e os fatores que colaboraram para a mestiçagem, tais como a monocultura latifundiária do açúcar e a escassez de mulheres brancas, que contribuíram para a intensa chegada de escravos no país e à presumida confraternização entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos, gerando filhos do senhor com a escrava – e a consequente miscigenação, que Freyre entende como alicerce da formação social brasileira.

Um elemento retratado na obra de João Ubaldo Ribeiro e muito abordado por Freyre é a relação entre escravo e senhor. “Não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, 2002, p. 423). Freyre procura atenuar a violência intrínseca a essa relação, ao compreender os escravos como fiéis, o que *Viva o povo brasileiro* procura desmistificar. Schwarcz, sobre isso, aponta:

Freyre mantinha intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e inferioridade, assim como não deixava de descrever e por vezes *glamourizar* a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. Senhores severos mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de “boa escravidão”. (SCHWARCZ, 2010, p. 12).

João Ubaldo Ribeiro, contudo, revela em sua obra o traço cruel e atroz desse processo de miscigenação, ao descrever o estupro da escrava Vevé pelo Barão de Pirapuama, bem como o envenenamento desse personagem, articulado pelos seus escravos. Para Ribeiro, portanto, os escravos e “subjugados nunca aceitaram sua condição de forma pacífica, mas resistiram sempre” (SILVA, 2011, p. 64). Ademais, percebemos na obra o eco de uma crítica já recorrente feita a Freyre no que se refere ao “equivoco de se estabelecer uma ponte entre miscigenação e democratização — o primeiro um fato biológico e o outro um fato sociopolítico —, identificando-se como semelhantes dois processos independentes entre si” (BASTOS, 2001, p. 232).

Freyre, partindo da sua análise da sociedade patriarcal brasileira e da relação entre os membros da casa-grande e os escravos, indica a trajetória de mestiçagem no Brasil e sugere que a imposição da cultura negra decorrente desse processo levaria a uma democracia racial; embora este termo não tenha sido usado por ele, *Casa-grande & senzala* desenvolve a ideia de maneira exemplar. É justamente nessa afirmação que



assentam as mais relevantes críticas à obra, uma vez que essa hipótese “se baseia na afirmação de que a ordem social é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que existe um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial na sociedade brasileira” (BASTOS, 2001, p. 232).

Viva o povo brasileiro expõe o mito da harmonia entre as raças, da democracia racial, quando salta no tempo e, na fala de Eulálio Henrique – que ignora a sua porção negra –, já no ano de 1972, exprime a permanência do racismo na sociedade brasileira, ainda notório, se nos atermos à pequena mobilidade social dos negros e ao abismo entre as classes dominantes – em sua larga maioria branca – e a massa de explorados – em grande maioria não branca.

— Crioulos. Todo baiano é crioulo. O baiano é que é o responsável por esse negócio irritante de sair dizendo pelo mundo que todo brasileiro tem sangue preto. Já tive até uma discussão com um sacana desses, no Canadá. Falei pra ele: isso pode ser você, que é baiano, come aquelas comidas moles amareladas, tem os dentes estragados e a cara de negroide, eu não! (RIBEIRO, 1984, p. 644-645).

Esta passagem nos remete ao que Freyre diz no capítulo IV de *Casa-grande & senzala*, intitulado *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo — há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica no Brasil — a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 2002, p. 396). Ribeiro demonstra que esta afirmação não foi assimilada pelos brasileiros.

Para concluir esta breve reflexão, entendemos ser importante associar esta grandiosa obra de João Ubaldo Ribeiro com os pressupostos lukacsianos relativos ao romance histórico. *Viva o povo brasileiro*, por cobrir um período extenso, descreve épocas representativas para a história do Brasil e, por meio de personagens médios e situações típicas em âmbito doméstico, nos fornece um cenário capaz de dar sentido histórico ao nosso presente. Ribeiro procura afrontar “a história oficial que prima por relatar apenas os grandes feitos” (SILVA, 2011, p. 64), valorizando, antes, os atos de resistência, ainda que imaginados, que poderiam ter ocorrido no cotidiano das fazendas, além de narrar episódios de revolta que de fato aconteceram, como Canudos e Farroupilha.

**“Assim, porém, não aconteceu”**

O romance de João Ubaldo Ribeiro começa de uma forma curiosa, sendo a primeira palavra da obra uma conjunção adversativa: “*Contudo*, nunca foi bem estabelecida a primeira encarnação do Alferes José Francisco Brandão Galvão [...]” (RIBEIRO, 1984, p. 9, grifo nosso). O narrador alude, assim, a um discurso anterior ao próprio romance, que – podemos supor – seria a própria tradição literário-ensaística acerca da formação nacional⁷.

O início do romance – que produz já de partida, digamos, um certo deslocamento discursivo que alude às contradições do processo de formação nacional – anuncia a estrutura geral da obra, marcada toda ela pela tensão entre duas linhagens de personagens: de um lado, aquela diretamente descendente de Perilo Ambrósio (e de Amleto Ferreira, continuador dessa linhagem) – “os proprietários de bens, de poder e, por extensão, do discurso e até da língua pátria” (CUNHA, 2007, p. 3) –, e, de outro, as encarnações (anteriores e posteriores) da “alminha brasileira” do Alferes Brandão Galvão:

[...] elenco de criaturas subalternizadas, marcadas pela carência, pela impossibilidade de penetrarem na malha cerrada dos territórios discursivos que informam o romance [...], a não ser através das vozes que se lhes emprestaram, com graus variáveis de boa ou má fé, os textos que ambicionaram uma representação totalizadora da sociedade e do país. (CUNHA, 2007, p. 6).

Essa oposição estruturante, como dito, começará com o contraponto marcante entre os dois personagens mencionados (Perilo e o Alferes), tornados artificialmente heróis da Independência do Brasil – indicando, portanto, o caráter artificial da construção da identidade nacional e de seus referenciais, de que falamos anteriormente. O processo de construção de cada um desses heróis, no entanto, não poderia ser mais diferente num e noutro caso. Enquanto o Alferes é alvo de um “heroísmo involuntário” – retratado como um moleque inexperiente que se agrega por impulso ao movimento de independência, levado pela emoção de ouvir os belos discursos de seus pares, sem conhecer, porém, suas implicações –, Perilo Ambrósio, como já demonstrado, encena deliberadamente seu heroísmo. Esse contraponto também estará presente na morte de cada um deles: apesar

⁷ Devemos grande parte das reflexões nesse sentido a Cunha (2007).



de nos dois casos haver uma construção falseada de seus supostos discursos finais – ouvido apenas pelas gaivotas no caso do Alferes e por uma única pessoa no caso do Barão –, há uma clara adesão do narrador ao primeiro desses personagens. Se ambos são celebrados pelos homens na terra, a alma do Alferes ascende ao Poleiro das Almas, de onde contempla apaixonada a celebração em torno de seu antigo dono, enquanto a do Barão passa a ser “agora só uma sombra, à tetra beira do Estige” (RIBEIRO, 1984, p. 204).

Continuador da linhagem dos dominadores, outro personagem central do romance é o de Amleto Ferreira. Típico homem livre na sociedade escravocrata⁸, que, não sendo proprietário ou proletário, “depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande” (SCHWARZ, 2000, p. 16, grifo no original)⁹, Amleto ascenderá socialmente por meio do artil e da reprodução do verniz intelectual das classes superiores, irritando-se com a expressão coloquial e dialetal dos escravos, da qual busca se diferenciar e a qual classifica como “palra de bichos que não se percebe e não se pode permitir” (RIBEIRO, 1984, p. 103). Pela trapaça, o personagem se apossa dos bens do Barão, após a morte deste, e continua a linhagem pelo casamento arranjado da filha Carlota Borroméia com o filho do Barão, Dr. Vasco Miguel.

O romance retrata diversos recursos de que Amleto lança mão para “purificar” sua origem: sendo mulato, filho “bastardo” de uma negra que ele faz o possível por ocultar, o personagem forja sua genealogia – inventando para si uma linhagem inglesa e acrescentando a seu nome uma série de sobrenomes enobrecedores, passando então a se chamar Amleto Henrique Nobre Ferreira-Dutton (com hífen e tudo!) – e usa de procedimentos cosméticos em si próprio e em seus filhos para alisar o cabelo e clarear a

⁸ Apesar da proximidade da expressão com o título do livro *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (São Paulo: Ed. UNESP, 1997), nossa leitura parte de Schwarz (2000), que tem naquela obra uma de suas principais inspirações para o estudo do fenômeno (cf. RICUPERO, 2008).

⁹ Schwarz (2000) desenvolve a ideia de maneira brilhante, implicando nela toda uma tradição de interpretação do Brasil: “O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. [...] Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção” (SCHWARZ, 2000, p. 16-17, grifos no original).



pele – chegando a odiar o próprio sol, ao qual atribui a intenção de agredi-lo pessoalmente, por tentar “[virar-lhe] *mais uma vez num mulato*” (RIBEIRO, 1984, p. 228).

Bastante esclarecedor da persistência histórica das tensões e contradições do processo de formação nacional, o discurso que Amleto faz em defesa das vantagens econômicas do fim do regime escravocrata assustam – descontadas as atualizações cosméticas que seriam necessárias para dar-lhe um verniz contemporâneo – pela impressionante atualidade e pela semelhança com os argumentos em favor da precarização dos direitos trabalhistas ora em curso no país:

Dia chegará em que os custos se tornarão de tal forma onerosos que melhor será pagar por obra feita do que, ingenuamente, achar que, com escravos, temo-la de graça, pois não a temos. Imaginem os senhores um fazendeiro que necessite apenas de mão-de-obra para plantio e colheita, uma vez ou duas por ano. Durante o resto do tempo, não terá em que empregar os negros, mas terá que alimentá-los, dar-lhes roupa, casa e remédios, para não falar nos imprevistos, que surgem a cada dia. Com isso, se encarece a produção, pela necessidade de cobrir esses custos, se empobrece o proprietário porque é cada vez mais difícil cobrir esses custos e assim por diante. Ora, compare-se isso com um trato de obra feita com trabalhadores livres, que só recebem por aquela obra, sem que tenha o fazendeiro a obrigação de dar-lhes o que dá a seus escravos. Não creio ser necessário pensar em demasia para concluir pela inevitabilidade da extinção da escravatura, mais cedo ou mais tarde, do contrário estaremos condenados ao atraso perpétuo. (RIBEIRO, 1984, p. 243).

Cabe ainda observar que o personagem, mesmo após se tornar grande proprietário ao herdar as posses do falecido Barão, continua a se valer do mecanismo do favor a que aludimos anteriormente. A respeito disso, impressiona também outro discurso bastante atual que Amleto faz em favor das vantagens econômicas das secas, as quais favorecem a concentração de terras e riquezas nas mãos dos grandes proprietários, que – só eles – podem “pleitear junto às autoridades [...] as melhorias necessárias” para beneficiar a produção agrícola (RIBEIRO, 1984, p. 242). Infelizmente, não são poucas as coincidências com os discursos da bancada ruralista no Congresso Nacional de nossos dias.

As duas linhagens em que se divide o romance, porém, serão interpenetradas na história do enlace amoroso entre Patrício Macário e Maria da Fé: ele, o filho de Amleto



que possui traços mais negros e que terá, portanto, uma relação mais conflituosa com o pai; ela, a terceira encarnação da “alminha brasileira” que estrutura no romance a linhagem dos oprimidos (tendo antes dela habitado o corpo do *caboco* Capiroba, no século XVII, e do Alferes, no período da Independência).

Apesar de ser personagem central no romance, não poderemos tratar de forma mais detida aqui de Maria da Fé, pois ela mereceria um exame mais detalhado, o qual não seria possível neste artigo. Anotemos aqui de passagem, no entanto, a bela análise feita por Cunha (2007) acerca da personagem, a qual

[...] repõe em cena os elementos étnicos excluídos [do imaginário de formação nacional] e as suas significações recalcadas, o índio antropófago, com o qual compartilha a alma, a mestiçagem, fruto da violência das relações sexuais interétnicas, e a memória da África, herdada de Dadinha, a matriarca negra e sua avó. (CUNHA, 2007, p. 10).

A narrativa fará convergir nela vários personagens das duas linhagens do romance:

[Maria da Fé] descende do Barão e da escrava Vevé; foi criada pelo Nego Leléu, que aprendeu ser a subserviência aliada à esperteza um trabalho, o mais produtivo trabalho disponível aos negros; conviveu com Budião e Meirinha, negros da senzala do Barão que o envenenaram; foi escolarizada por Dona Jesuína, mestiça e pobre, a mãe renegada de Amleto Ferreira, que lhe incute o amor à pátria, o respeito aos seus heróis e aos valores instituídos, e, logo a seguir, educada por Zé Pinto, que lhe transfere a memória dos seus ascendentes e de todos os negros sacrificados, heróis de uma outra história que não está nos livros escolares; finalmente, apaixona-se por Patrício Macário, filho de Amleto, militar destinado a combatê-la e a exterminá-la em sua cruzada revolucionária, mas que descobre em Maria da Fé o valor da “Irmandade do Povo Brasileiro”. A enumeração foi longa, mas na medida exigida pela vontade de abrangência do romance, e confirma a posição central de Maria da Fé na versão da identidade brasileira proposta por João Ubaldo Ribeiro (CUNHA, 2007, p. 10).

A partir do enlace com Maria da Fé, conforme assinalado, Patrício Macário tomará consciência da relação de opressão entre a sua linhagem e a de sua companheira. Esse processo se expressa de forma belíssima no penúltimo trecho do romance, em que o personagem, no dia de seu aniversário de cem anos, faz um exame de consciência em



torno de seu papel como militar, chegando à conclusão da total desconexão histórica entre o povo e aquele que, em tese, o deveria representar: o Estado. No trecho final, após a morte de Patrício Macário, a canastra da Irmandade do Povo Brasileiro, que lhe fora confiada por Maria da Fé, é roubada e, aberta pelos ladrões, revela-se “verdadeira caixa de Pandora que contém os segredos de uma identidade fraturada e corrompida” (HELENA, 1993, p. 90). João Ubaldo conclui, assim, com esse trecho catártico sua bela obra, forte testemunho da história de violência do nosso país e das fissuras que lhe constituem a identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstramos neste artigo, *Viva o povo brasileiro* figura, de forma brilhante, o complexo processo de formação do Brasil, em muitas de suas tensões e contradições, em especial no que diz respeito às relações conflituosas de classe e raça. Em vista do caráter esclarecedor da obra, ao jogar luz sobre a persistência das tensões entre as classes dominantes e as classes oprimidas, e sobre as conexões entre passado e presente brasileiros, cremos que o romance de João Ubaldo guarda relações significativas com o gênero romance histórico de que fala Lukács.

Dialogando com uma rica tradição literária de interpretação do Brasil, o livro de João Ubaldo nos auxilia, assim, a compreender o nosso presente à luz de nossa formação, na esperança de que, tomando consciência dos impasses a que se conduziu o país historicamente, nos seja possível vislumbrar vias de superá-los – necessidade essa premente, se levarmos em conta o momento especialmente sombrio que desgrazadamente atravessamos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. Nação e reflexão. In: ABDALA Jr., Benjamin; CARA, Salete Almeida (Orgs.). *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 27-45.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire. Casa-grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. v. 1, 3 ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.



CANDIDO, Antonio. As três bandeiras. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, ano 77, n. 24.805, 2 mar. 1997, Mais!, p. 11.

_____. Um instrumento de descoberta e interpretação. In: _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, v. 2, p. 97-105.

CUNHA, Eneida Leal. Viva o povo brasileiro: história e imaginário. *P: Portuguese Cultural Studies*, Utrecht: Center for Portuguese Studies: Universiteit Utrecht, v. 1, n. 1, Spring 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 121-605.

HELENA, Lúcia. A narrativa de fundação: Iracema, Macunaíma e Viva o povo brasileiro. *Letras*, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, n. 6, p. 80-94, jul./dez. 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 929-1102.

LUKÁCS, Gyorgy. *Arte e sociedade*. Org., Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RICUPERO, Bernardo. A nação como problema. In: _____. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3-44.

_____. Da formação à forma: ainda as “idéias fora do lugar”. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 73, p. 59-69, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo nos trópicos*. *Mal-estar na cultura* UFRGS. abr/nov. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/Schwarcz%20-%20adaptacao%20mesticagem%20tropicicos.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: _____. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 46-58.



_____. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 9-31.

_____. Por que “ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrecia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 165-172.

SILVA, Arlenice Almeida da. *O épico moderno*: o romance histórico de Gyorgy Lukács. São Paulo: USP, 1999. Tese de Doutorado.

_____. Da teoria do romance ao romance histórico: a questão dos gêneros em G. Lukács. *Rapsódia*, São Paulo: USP, n. 1, p. 29-63, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Vieira da. *Viva o povo brasileiro*: modernidade tardia, formação nacional e o sistema literário em discussão. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

TERTULIAN, Nicolas. O romance histórico. In: _____. *Georg Lukács*: etapas de seu pensamento estético. Tradução de Renira Lisboa de Moura Lima. São Paulo: Unesp, 2008, p. 167-187.

VEDDA, Miguel. Notas sobre la novela histórica de György Lukács. In: DUAYER, Mario; VEDDA, Miguel (Orgs.). *György Lukács*: años de peregrinaje filosófico. Buenos Aires: Herramienta, 2013, p. 211-222.

ZILBERMAN, Regina. Romance histórico: teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: PUC/RS, 2003, p. 109-139.

Recebido em: 12 abr. 2018

Aceito em: 05 jun. 2018